



## Dez anos depois da Cimeira das Lajes eurodeputada lamenta ligação dos Açores a “conselho de guerra”

A eurodeputada Ana Gomes lamenta que os Açores tenham ficado associados à Cimeira das Lajes, um “conselho de guerra”, recordando que ficou “chocada” com as justificações “de subserviência” apresentadas em 2003 para fundamentar o alinhamento com os Estados Unidos.

Regressada de Jacarta (Indonésia), onde foi embaixadora de Portugal, Ana Gomes assumiu a 10 de Fevereiro de 2003, cerca de um mês antes da Cimeira das Lajes, o cargo de secretária nacional para as Relações Internacionais do Partido Socialista, então a principal força da oposição.

Segundo a agência Lusa, a 16 de Março de 2003, a Base das Lajes, recebeu a cimeira que ditou o início da guerra no Iraque. O então Presidente norte-americano George W. Bush e os chefes do Governo britânico e espanhol da época, Tony Blair e José Maria Aznar, respectivamente, foram recebidos na ilha açoriana por Durão Barroso.

“Lamento muito que Portugal e os Açores (...) tenham sido utilizados e ficado com o nome manchado, de alguma maneira, por terem sido anfitriões desse conselho de guerra. Um conselho de guerra que não foi só guerra contra o Iraque, foi guerra contra o Direito Internacional, contra a legalidade internacional, contra a autoridade do Conselho de Segurança, contra um mundo regulado”, afirmou a eurodeputada socialista.

Em declarações àquela agência noticiosa, Ana Gomes recordou os contactos mantidos na altura com o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso e António Martins da Cruz, respectivamente.

“Nunca aceitei as justificações que eram obviamente de subserviência e muito mal-amanhadas por parte do então primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros para justificar a nossa actuação, tendo elas clara consciência que estavam a violar o Direito Internacional”, referiu.

Dez anos depois, Ana Gomes lembrou que o PS não foi avisado da cimeira, descrevendo que quando foi confrontada na época pela comunicação social reagiu de imediato, afirmando que “não era possível” porque “era inconstitucional”.

Sobre os argumentos então apresentados por Lisboa,

a eurodeputada contou que uma das justificações mais surpreendentes foi o facto do chefe do Governo português alegar que Portugal não podia ser “ultrapassado” por Espanha na amizade com os Estados Unidos.

“Já que os americanos com Aznar alinhavam cegamente, nós não podíamos fazer menos, não podíamos permitir que os espanhóis ficassem nas melhores graças dos americanos do que nós. O que me chocou absolutamente”, relatou.

Ana Gomes afirmou igualmente que nunca foi persuadida com as informações sobre as armas de destruição maciça.

“Se houvesse verdadeiramente armas de destruição maciça então não era um ataque de aquele género que seria eficaz, poderia ter consequências desastrosas, com a retaliação com essas armas”, frizou a socialista, lembrando que conhecia a documentação apresentada na altura por Washington e Londres, uma vez que tinha integrado a delegação portuguesa no Conselho de Segurança (1997-1998), que assumiu a presidência do comité de sanções ao Iraque.

A solidariedade para com os aliados da NATO e a protecção de Portugal face a um eventual ataque foi outro dos argumentos defendidos por Lisboa, um raciocínio que, na opinião de Ana Gomes, era precipitado.

“Os ataques terroristas não são preveníveis (...). E não são obviamente preveníveis por alinhar numa guerra que só vai até exacerbar mais as motivações de grupos de terroristas e fornecer recrutas a grupos de terroristas”, argumentou.

Para Ana Gomes, a postura do Ocidente face ao Iraque liderado pelo regime de Saddam Hussein tinha de ter sido diferente.

Membro da delegação de relações do Parlamento Europeu com o Iraque, Ana Gomes salientou a importância do Iraque, tanto a nível económico como geopolítico, defendendo que o Ocidente tem responsabilidades em relação ao povo iraquiano.

“Os americanos cometeram muitos erros. As primeiras administrações norte-americanas no Iraque são uma desgraça, cometeram erros fervorosos, como por exemplo, extinguir o exército e as forças de segurança, o que iria facilitar a entrada



Ana Gomes assumiu um mês antes da Cimeira o cargo de secretária nacional para as Relações Internacionais do Partido Socialista

de todas as redes terroristas, designadamente a Al-Qaida, que antes não estavam no país e começaram a utilizar o Iraque”, concluiu a eurode-

putada.

Quatro dias depois da Cimeira das Lajes, na madrugada do dia 20, era comunicado o início da intervenção

militar no Iraque. O fim da guerra seria só declarado no verão de 2010 pelo actual Presidente norte-americano, Barack Obama.

## Livro analisa “jogos de bastidores” da reunião que ditou guerra do Iraque

Durante dois anos, o investigador Bernardo Pires de Lima analisou os factos relacionados com a Cimeira das Lajes, reunião que ditou em 2003 o início da guerra do Iraque, e foi ao encontro das principais figuras nacionais da época.

De acordo com a agência Lusa, o resultado final foi o livro “A Cimeira das Lajes, Portugal, Espanha e a Guerra do Iraque”, que em 200 páginas tenta dar a conhecer os “jogos de bastidores” da reunião e clarificar a decisão portuguesa de organizar o encontro na base açoriana e apoiar a intervenção militar no território iraquiano.

“O principal objectivo foi apresentar o processo de decisão português o mais próximo da realidade”, afirmou o investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e da Universidade Johns Hopkins (Washington).

O trabalho de campo envolveu entrevistas a algumas das principais figuras nacionais da época, como o ex-Presidente da República Jorge Sampaio, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros António Martins da Cruz e o antigo líder do Partido Socialista (na altura na oposição) Eduardo Ferro Rodrigues.

O comissário europeu com o pelouro do terrorismo, António Vitorino, e David Dinis, na altura assessor do primeiro-ministro Durão Barroso, colaboraram igualmente com o investigador, que também ouviu “diplomatas portugueses e norte-americanos” e “pessoas

que trabalhavam na época nos serviços de informações portugueses”.

Passados 10 anos da cimeira que reuniu nos Açores, a 16 de Março de 2003, os então governantes dos Estados Unidos (George W. Bush), Reino Unido (Tony Blair), Espanha (José Maria Aznar) e de Portugal (Durão Barroso), Bernardo Pires de Lima chegou a várias conclusões.

“A decisão de fundo de invadir o Iraque e mudar o regime esteve concentrada em Washington e obedeceu a um trajecto ideológico que já vinha da administração Clinton [Bill], acelerada com a emergência da agenda neoconservadora e pelo efeito alterador que o 11 de Setembro teve na administração Bush”, indicou o investigador, frisando, no entanto, que “com ou sem cimeira a guerra dar-se-ia, porque Washington já a tinha decidido e calendarizado há muito”. Outra das conclusões é que os aliados europeus dos EUA foram, cada um nos seus termos, procurando gerir politicamente a inevitabilidade da guerra.

“No caso do Governo português, acautelando a relação com Belém, a manutenção do comando da NATO, e o posicionamento hiperatlantista do governo de Aznar. Na avaliação feita por Barroso, Espanha não podia ser o único interlocutor de Washington na Península Ibérica”, sublinhou.

O livro “A Cimeira das Lajes, Portugal, Espanha e a Guerra do Iraque” será apresentado em Lisboa no próximo dia 21 de Março.